



5.^a Secção
Arte, Cultura

**IV Congresso
Histórico de
Guimarães**

*Do Absolutismo
ao Liberalismo*

2009

Tecidos e Têxteis portugueses do século XVII ao século XVIII

Manuela Pinto da Costa



Introdução

Os tecidos e os têxteis constituem um grupo de documentos históricos e de objectos museológicos, que pela sua especificidade estrutural, fragilidade dos suportes e complexa delicadeza de produção, representam para os estudiosos e conservadores um grande desafio. Mas, uma questão fundamental coloca-se, logo no início:

- que devemos entender como *têxtil* e como *tecido*?

Trata-se de designações semelhantes, susceptíveis de criar, vulgarmente, uma sobreposição de entendimentos, embora, na realidade sejam conceitos diferentes.

Têxtil é um vocábulo de grande abrangência, designando uma colecção das mais ambíguas e complexas, sobretudo no universo museológico, constituída por variados objectos, em que o único factor comum é o material base ou suporte – a fibra têxtil – podendo ainda e de acordo com o *Vocabulário Português de Técnica Têxtil* ser definido como “ (...) *matéria própria para tecelagem* (...) ou ainda como (...) *um tecido ou qualquer outro objecto, de qualquer tipo, criado pelo entrelaçamento de fios* (...)”¹

Assim, podendo significar diversas coisas, desde as matérias-primas aos produtos acabados, os *têxteis*, como *materiais tecidos*, podem ser obtidos por variados processos de manufactura ou fabrico mecânico: por tecelagem (produtos *tecidos*), pela utilização de agulhas (malhas, rendas, bordados, galões, franjas) pela elaboração de nós (tapeçarias, tapetes) ou pela feltragem de filamentos de lã ou pêlos animais (feltro). Portanto, genericamente, são entendidos como um conjunto de produtos finais, obtidos sobretudo, por tecelagem ou por entrelaçamento de fios.

Esta dualidade matéria / técnica como elemento determinante para a identificação e agrupamento de objectos, formal e funcionalmente muito diferentes, é muito abrangente, pelo que urge definir, também, o que é um *tecido*.

Tecido é o produto obtido no tear, por tecelagem; é urdido, ou seja, produzido pelo cruzamento de duas séries de fios existentes no tear: os fios estendidos longitudinalmente, que constituem a teia ou urdidura e os fios que os cruzam transversalmente, que constituem a trama.

¹ *Normas de inventário. Têxteis*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1999, p. 14.

A realidade do património têxtil nacional, pela sua quantidade e diversidade, ainda que, em muitos aspectos mal preservado e deficientemente conservado, constitui uma herança notável, repartida por contextos históricos, religiosos, económicos, sócio-culturais e até museológicos, onde os inúmeros tecidos e afins produzidos a partir de, matérias-primas naturais e autóctones ou importadas, ditaram acordos e leis, criaram unidades de produção, geraram, por vezes, riqueza ou resultaram em falências.

Na nossa missão de conservadora, fundamentalmente, recorreremos a fundos arquivísticos e bibliográficos para atribuição de origens, datações, identificação de artistas ou artesãos. Trata-se de uma actividade difícil de desenvolver, pois como sabemos, essas bases de investigação são escassas, deficientes e em grande parte omissas, principalmente em relação a materiais com as fibras têxteis ou produtos acabados.

Portugal, como produtor de fibras têxteis naturais para a produção de tecidos, foi sempre um país deficitário em matérias-primas para o seu próprio abastecimento destinado à produção de tecidos. A importação de fios e de tecidos – o comércio de *panos* – estiveram sempre dependentes das condições económicas nacionais e dos acordos e relações políticas com o exterior², embora tenham existido períodos de elevada produção de fibras e artefactos de muito boa qualidade e em significativa quantidade.

As comunidades estrangeiras, sobretudo a judia e a muçulmana, foram em tempos medievos as grandes, senão quase as únicas, produtoras de têxteis sem limitarem a sua actividade apenas à produção, mas também a alargaram à tinturaria, ao bordado e à confecção, devendo-se-lhes alguma da boa qualidade existente. Com a conquista do último reduto árabe no território português – o Algarve, em 1249 – a produção nacional de tecidos decaiu rapidamente, enquanto se mantinha florescente e importante na vizinha província de Granada, até 1492.

A produção nacional limitava-se, então, às fibras e tecidos fracos de linho, de lã e de alguma seda, localizada na zona de Trás-os-Montes, de que se encontram notícias, já no século XV³.

² FERREIRA, Ana Maria Pereira. – *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 15-26.

³ BASTOS, Carlos. – *O comércio e indústria têxtil em Portugal*. Porto: Grémio Nacional dos Importadores de algodão em rama. 1950, p. 48.



Os tecidos portugueses restringiam-se ao *burel*, ao *bragal* e à *almaffega*, enquanto a *sarja* de melhor qualidade e o *picote* provinham de Espanha. Quanto aos tecidos mais caros e ricos como os *panos da Flandres e da Frísia*, o *estanforte*, a *biffa*, a *valenciana*, a *brugia*, a *holanda* e a *segóvia* eram importados e adquiridos apenas pelas classes sociais elevadas.

Sempre se recorreu à importação de tecidos e adornos, tanto em tempos de prosperidade, como nos de míngua. O *cedal* e os *panos viados* de seda, com ou sem ouro, eram largamente importado de Lucca, embora em Lisboa fosse produzido, sobretudo o primeiro, com alguma qualidade⁴.

Através de alguns inventários portugueses, que descrevem tipologias de tecidos e iconografias, não é difícil reconstituir as suas origens, dado muitos deles terem sido trazidos e oferecidos como *ex-votos* pelos peregrinos da rota jacobea e comprados, com essa finalidade, no Panteon Real de las Huelgas ou Monasterio de Santa Maria la Real de Huelgas, próximo de Burgos. A colecção de têxteis arqueológicos existentes naquele local de acolhimento, situado no caminho de Compostela, serve-nos de termo de comparação para estudo e ao mesmo tempo, indica uma bem provável porta de entrada no território nacional⁵.

Paradoxalmente, os séculos XV e XVI, pelo desafogo vivido, não conduziram a uma melhoria quantitativa ou qualitativa dos têxteis portugueses, mas assistiram a uma maior importação de fios e de tecidos estrangeiros, sobretudo os *damascos*, e os *veludos lavrados*.

Durante o longo interregno seiscentista, a produção de fibras e de tecidos portugueses, levou o país a sobreviver da forçada importação dos *damascos*, *brocatéis* e *veludos* evidentemente, oriundos de Espanha.

O declínio da já de si incipiente produção nacional estendeu-se, por razões óbvias, até quase ao último quartel do século XVII, pois somente em 1676, as medidas do 3.º Conde da Ericeira, D. Luís de Meneses, tentaram revitalizar principalmente, a produção e indústria da seda e da lã. O linho e o pouco algodão mantiveram as suas posições estagnadas.

Apenas, o século XVIII se evidenciou, como época de produção de fios e de tecidos nacionais de boa qualidade, que dispensava, em parte, o recurso à importação, sobretudo de *damascos* e de tecidos de lã.

⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 55.

⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 56.



Com a aproximação da era industrial, o panorama têxtil português pareceu dar sinais de melhoria, principalmente, no sector algodoeiro - uma novidade - de início, utilizando a matéria-prima proveniente do Brasil e mais tarde, pela recém-incentivada produção angolana, cujo monopólio estatal permitiu a sua sobrevivência, até 1974⁶.

Das quatro principais fibras naturais, utilizadas na produção de materiais têxteis - lã, seda, linho e algodão - as que, sem dúvida, se impõem no período situado entre o Absolutismo e o Liberalismo, são a lã e a seda. Faremos, no entanto, uma breve resenha, sobre o linho e o algodão.

LÃ

Não encontramos documentos que nos permitam obter cronologias para o início da produção de lã ou de tecidos deste material, no território nacional. Sabemos apenas, que a sua existência é antiquíssima e provavelmente, anterior à da presença da seda.

A lã, muito espalhada pelo espaço nacional, estava fortemente relacionada com a transumância, sendo as Beiras, o Alentejo e a raia sudeste castelhana, as áreas com maior quantidade de produção. Ela permitia o fabrico de tecidos de aparência modesta, grosseiro, utilizados apenas pelo povo e pelos religiosos, que não exigiam produtos apurados, para se vestirem.

Contudo, fora deste contexto geográfico, um pequeno núcleo de produção de tecidos de lã, sobretudo, de *burel* ganhou alguma expressão na região de Alcobaça, justificada pela existência de numerosos coutos ligados à Abadia⁷. Mas a quantidade e qualidade dos tecidos, tal como a do linho, não ultrapassava o perímetro doméstico e o auto-consumo.

Um dos mais antigos documentos, que referem os tecidos de lã usados no reino de Portugal, é a lei de 1253, na qual, D. Afonso III estabeleceu as taxas a aplicar às diferentes mercadorias, que circulavam pelo país⁸.

⁶ BASTOS, Carlos. - *O comércio e indústria têxtil em Portugal*. Porto: Grémio Nacional dos Importadores de algodão em rama, 1950, p. 147- 168.

⁷ GARCIA, João Carlos. - *Os têxteis no Portugal dos séculos XV e XVI*. "Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia" (42), Lisboa: 1986, p 328.

⁸ VASCONCELOS, Joaquim de. - *Indústrias portuguesas*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1983, p. 90



Já então, havia importação de *escarlata* e de *flamenga* bem como cordões, fitas e galões do norte da Europa ⁹ e recorria-se também aos tecidos acabados e à matéria-prima vinda de Castela, para depois se manufacturarem os têxteis.

Quando se encontra em documentos coevos (...) a designação genérica de *panos*, esta abrangia os de *lã em especial*, podendo contudo também dizer respeito aos de *linho e mesmo aos de algodão*¹⁰(...).

(...) Os têxteis de *lã*, abrangendo diversos usos e todos os estratos sociais constituíam a principal motivação, importando-se de inúmeros qualidades e preços.[Mais tarde] as ilhas e a África [serão] mercados que se constituem (...) estimulando a indústria têxtil de *lã nacional*¹¹(...).

A importação e venda directa de tecidos de *lã* eram feitas, principalmente, nos portos de Lisboa, Porto e Faro e a sua distribuição posterior efectuada por almocreves e outros agentes. Flamengos, franceses, alemães e italianos, cada qual, com os seus tecidos próprios, eram os transportadores e comerciantes mais activos naqueles locais¹².

Alguns reis portugueses tiveram a preocupação de regulamentar a produção e o comércio de tecidos de *lã*, havendo notícias que D. Afonso V, D. João II e muito principalmente, D. Manuel I se tenham ocupado dessa matéria. Entre 1476 e 1500 foi produzida legislação, no sentido de beneficiar a indústria dos tecidos de *lã* e punir simultaneamente, os abusos e desregramentos dos tecelões¹³.

O *Regimento dos Panos* assinado por D. Sebastião em 1573, pretendeu evitar as adulterações verificadas na produção de tecidos de *lã*, que desacreditavam a sua qualidade. Nele, incentivava-se a manufactura de *baetas*, *picotes* e outros *panos*, propunham-se normas e sistemas de fabrico e estabeleciam-se pesadas multas e castigos para quem desrespeitasse a lei¹⁴.

⁹ AZEVEDO, Lúcio de. – *Épocas de Portugal económico. Esboços de história*. Lisboa: Clássica Editora, 1929, p. 21 e 22.

¹⁰ GARCIA, João Carlos.- *Os têxteis no Portugal dos séculos XV e XVI*. “ Finisterra. Revista portuguesa de Geografia” (42), Lisboa: 1986, p 333.

¹¹ IDEM, *Ibidem*, p. 336.

¹² IDEM, *Ibidem*, p. 336.

¹³ VASCONCELOS, Joaquim de. – *Indústrias portuguesas*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1983, p. 91.

¹⁴ BASTOS, Carlos. – *O comércio e indústria têxtil em Portugal*. Porto: Grémio Nacional dos Importadores de algodão em rama, 1950, p. 130.



Talvez por isso, durante os séculos XV e XVI, foram produzidas *baetas*, *panos meirinhos*, *guadaletes* com uma qualidade bastante elevada, superior aos *buréis* e *estamenhas* e outras *grosserias medievais*, mas apesar de tudo, somente os clérigos, os lavradores, os artesãos e os plebeus vestiam esses tecidos, sempre classificados como de terceira categoria, oriundos da Beira (Covilhã) e do Alentejo (Portalegre e Estremoz).

A produção de *baeta* parece ter sido significativa na época de D. Filipe I, pois delas havia conhecimento em Espanha¹⁵. Contudo, as unidades produtoras da Beira, caíram em ruínas, durante o longo período filipino, tendo sido reactivadas, a partir de 1673¹⁶.

D. Pedro II, pelo regimento de 1690, ordenou a criação de unidades de produção de tecidos de lã, posteriormente afectadas, pelo tratado celebrado com a Inglaterra. Antes daquela data (1676-1686), já numerosos alvarás, provisões e leis proibiam a importação de tecidos de lã, estrangeiros.

O tratado de Methween (1703) e o tratado celebrado com a Holanda (1705) voltaram a pôr fim àquele pequeno surto de desenvolvimento têxtil, reduzindo o fabrico de tecidos de lã e terminando com a feitura de chapéus do mesmo material. A lã de melhor qualidade voltou a ser importada de Inglaterra¹⁷, havendo um défice constante em relação às exportações dos produtos portugueses.

A implantação da *Fábrica Velha*, na Covilhã, teve como objectivo principal de (...) *suprir as necessidades nacionais em sarjas e baetas com a finalidade de reduzir a dependência portuguesa (...) de tecidos provenientes de Inglaterra*¹⁸(...).

¹⁵ "Cartas para duas Infantas Meninas. Portugal na correspondência de D. Filipe I para as Suas Filhas.(1581-1583) Lisboa: Publ. D. Quixote/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 67. (...) [Em Espanha, na época de Filipe II, fazia-se uma grande associação entre os tecidos, os fios originários de Portugal e os próprios portugueses. Veja-se o seguinte comentário de uma donzela para outra] (...) "el hilo de la honra es más delgado que el de Portugal, com que tú labras (...) [Alguns tecidos eram considerados, por antonomásia, próprios de Portugal: atente-se na sucessão de tópicos (...) "imbiar crocodillos a Egipto, leonês al África, vidrios a francia, papel a Génova e vayetas a Portugal (...)]."

¹⁶ BASTOS, Carlos. – *O comércio e indústria têxtil em Portugal*. Porto: Grémio Nacional dos Importadores de algodão em rama, 1950, p. 130.

¹⁷ AZEVEDO, Lúcio de.- *Épocas de Portugal económico. Esboços de história*. Lisboa: Clássica Editora, 1929, p. 486). (...) *Nota D – 2 – Comércio com Inglaterra: exportações inglesas para Portugal – lanifícios, valor... Rs. 2.400:000\$000 (de uma memória publicada em Lisboa em Julho de 1729- Colecção pombalina cód. 638). No mesmo documento se encontra a lista das importações de outros países: de França: panos de linho, de seda, brocados de prata e ouro, rendas, fitas, fazendas de lã, curiosidades...Rs. 600:000\$000; (...)*".

¹⁸ PINHEIRO, Elisa Calado. – *Roteiro do Museu de lanifícios da Universidade da Beira Interior. Núcleo da Tinturaria da Real Fábrica dos Panos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998, p. 21.



A criação e estabelecimento de produção de tecidos de lã na Beira Interior, primeiramente mediante a instalação, no século XVII, da *Fábrica Nacional de Sarjas e Baetas*, na Ribeira da Carpinteira e mais tarde a fundação da *Real Fábrica de Panos*, em 1764, da iniciativa do Marquês de Pombal¹⁹, foram uma tentativa de protecção da manufactura nacional, incentivando a indústria e o consumo, em detrimento das importações. Apesar disso, ainda em tempos pombalinos, verificavam-se grandes entradas de tecidos provenientes de Inglaterra e de França. No entanto, também se deve a Pombal, o recomeço da produção de chapéus de tecido de lã, instalando na vila do mesmo nome, uma unidade de fabrico, no ano de 1759.

A acção de Sebastião José de Carvalho e Melo estendeu-se a Cascais, Fundão, Portalegre, onde foram estabelecidas fábricas para produção tecidos de lã, todas elas apoiadas por uma parte do *donativo dos 4 p.c.*²⁰. O impulso dado à produção nacional, revelou-se forte e importante, pois só com as invasões francesas e o sequente tratado de 1810, a pequena prosperidade existente, cessou definitivamente.

Os tempos liberais, não se apresentaram favoráveis ao ressurgimento das indústrias relacionadas com a lã, embora, posteriormente, já em meados do século XIX, existam notícias do reactivar ou nascimento de novas unidades produtoras na Covilhã, onde a Associação Comercial, em 1860, salienta a necessidade de fazer exposições para divulgação da produção lanifícia, como um incentivo para a respectiva indústria, não apenas localizada, na Beira, mas dispersa por outros locais do país.

As fábricas de Lisboa (Campo Grande), do Porto (Lordelo, 1854), de Leiria (Castanheira de Pera), embora muito activas e concorrentes na produção de artigos com alguma qualidade, continuavam a ser insuficientes para o consumo interno. Os núcleos de Vila Real e de Bragança, de Moncorvo, de Miranda eram pequenos, dispersos e de carácter caseiro, tal como os do distrito da Guarda.

No distrito de Aveiro, evidencia-se a laboração da fábrica do rio Caima, no concelho de Oliveira de Azeméis, a qual, a partir da sua fundação em 1864, produzia diversos lanifícios como *baetas*, *briches*, *castorinas*, em quantidades significativas e com razoável qualidade²¹.

¹⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 48.

²⁰ Donativo oferecido ao erário público, pelos comerciantes e fabricantes nacionais, logo após o Terramoto de 1755, para ajudar na reconstrução do país.

²¹ VASCONCELOS, Joaquim de. – *Indústrias portuguesas*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1983, p. 98



Quanto à mais nobre das fibras naturais – a seda – o panorama português mantinha a tradição verificada em relação à lã e ao linho.

Tratados de agricultura coevos da presença omíada na Península Ibérica (756-1031), demonstram como a existência de sericultura, estava bem implantada e era florescente, principalmente, no sul, chegando mesmo a permitir a sua exportação. A produção de seda em fio e em tecido fazia forte concorrência à Síria e abastecia os teares da Sicília e mais tarde os de Lucca e Florença. Porém, a partir do século XII, iniciou-se o declínio da produção peninsular, sobretudo em favor da italiana.

Em relação a Portugal, tal como se verifica com a lã, faltam informações precisas. Uma das primeiras referências aos tecidos de seda – muito provavelmente, importados ou produzidos pela comunidade árabe – encontra-se no rol das peças do dote, que acompanhou D. Teresa, em 1184, por ocasião do seu casamento com o conde Filipe da Flandres.

(...) El-Rei de Portugal carregou navios vindos da Flandres com tesouros das Espanhas (...) telas de ouro, vestimentas de brocado de ouro, (...) estofos de seda²² (...)

Esta cronologia marca o início das relações comerciais entre os dois reinos, o que justifica o posterior grande fluxo de importação de tecidos, daquela região.

A seda crua era importada de Espanha, a fim de se produzirem alguns tecidos. Havia, contudo, uma reduzida produção de fio de seda em Trás-os-Montes, mas manifestamente insuficiente.

A sua falta era ainda agravada pela ausência de bons artífices, estando os melhores, judeus e mouros, concentrados em Vila Real, Porto e Lisboa e tal como aconteceu com os tecidos de lã, a expulsão da comunidade islâmica do Algarve, enfraqueceu a produção de fios e tecidos de seda.

A seda em alguma justificada quantidade, ainda chegou a ser produzida e lavrada em Portugal, na tentativa de imitar o reino de Granada. Foi o resultado do que se pretendeu demonstrar ao rei D. Afonso V, num dos capítulos das cortes de Coimbra e de Évora de 1472-73:

²² IDEM. *Ibidem*, p. 60.



(...) *Senhor houveste por informação que a principal causa porque o reino de Granada era assim rico, era pela seda que n'elle se criava e lavrava e que achareis que estes vossos reinos são mais naturaes para n'elles criar e lavrar seda como já cria em Lamego e Traz-os-Montes e em outras partes d'essa comarca. (...) e para se abrir caminho como se pudesse e haver em abastança as folhas das ditas amoreiras, para criação d'esses bichos, e assim se fazer e lavrar muita seda*²³ (...).

Anos mais tarde, o Duque de Bragança obteve daquele mesmo rei o monopólio do fabrico da seda e a isenção de impostos sobre a matéria-prima importada para abastecer os seus teares transmontanos, o que evidencia a continuada pouca produção de fios de seda. Contudo, a manufactura de tecidos de seda, naquela região, terá sofrido um grande impulso, no final do século XV e inícios do seguinte, com a entrada e estabelecimento de muitas comunidades judias, expulsas de Espanha.

D. João III na sua *Ordenaçam da defesa dos veludos e sedas* (1535) prescreve:

(...) *Faço saber [que] cõ sirando eu quã escusadas sam as despesas que se [fazem] em brocados e sedas (...) ordeno e mândo que daqui em diante [nenhuma] pessoa e qualquer estado: calidade e cõdiçam (...) nem vistam nem tragam cousa [alguma] de brocado (...) ou de qualquer outro pano douro ou de prata:[nem] de seda verdadeira ou falsa (...) salvo nos casos abaixo declarados*²⁴ (...).”

D. Manuel I foi um grande consumidor de tecidos ricos, utilizados na confecção de roupões, opas, capas, barretes (161), gorros (30) e chapéus (74) onde a seda, os brocados, veludos, damascos e telas de ouro, seguramente importados de Itália e de Espanha, se evidenciam pela quantidade, ao ponto de, anualmente, ofertar a igrejas, conventos, fidalgos, cavaleiros e escudeiros, peças de vestuário, em desuso. Toda esta riqueza, contudo, parece altamente contrastante, com a “pobreza” das roupas interiores: quatro (4) pares de ceroulas de *holanda*, sete (7) camisas mouriscas, trinta e três (33) lenços e outras bagatelas.²⁵

O *Regimento dos Tecelões de Lisboa*, de 1572, demonstra haver grande número de artífices, mas sobretudo a qualidade da produção, não permitia o abandono da importação.

²³ AZEVEDO, Lúcio de. – *Épocas de Portugal económico. Esboços de história*. Lisboa: Clássica Editora, 1929, p. 337.

²⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 176 e 178.

²⁵ VASCONCELOS, Joaquim de. – *Indústrias portuguesas*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1983, p. 40



Um alvará de 1575, assinado por D. Sebastião, a favor de dois castelhanos residentes em Lisboa, permite-lhes importar teares de Granada, para a produção de

*(...) cetis e velludos, tafetas, damascos e outras sortes e bem asy (...) tecedores (...) para fazerem as ditas sedas em toda a sua perfeição (...) de cores como se fazem em Granada*²⁶ (...).

Pretendia-se com esta medida igualar a produção de tecidos de seda, já então existente, em Bragança e no Porto. De qualquer forma, a manufactura era insuficiente, de inferior qualidade, mantendo a cópia iconográfica dos temas arabizantes geométricos e epigráficos, donde começa a emergir a romã ou granada de origem italiana. A importação de tecidos ricos, produzidos sobretudo em Itália e em Espanha, destinados à confecção de vestuário civil e eclesiástico, paramentaria, mobiliário e decoração, prosseguiu, de maneira menos evidente, com o declínio da expansão marítima.

A predominância dos excelentes têxteis castelhanos foi-se sobrepondo, gradualmente, ao domínio italiano, justificado pelo desenrolar dos acontecimentos históricos. Contudo, a própria produção espanhola de tecidos de seda se ressentiu, com a expulsão dos árabes de Granada e dos judeus de toda a Espanha.

Mas, apesar da boa qualidade dos tecidos espanhóis reconhecida nos séculos XVI e XVII, para os historiadores a produção peninsular ainda é mantida sob reserva²⁷.

A primeira metade do século XVII, foi a de total abandono de toda a actividade sericícola e fabrico de tecidos. Apenas o linho e a lã se mantiveram em produção reduzida e muito limitada em quantidade e qualidade, dada a importação forçada de tecidos nobres vindos de Espanha. Porém, durante a segunda metade deste século, medidas régias, já implementavam, de novo, a protecção à produção de tecidos de seda, semelhante à existente para os produtos de lã. A reforma ericeiriana regulamentou o fabrico de tecidos, instalou novas fábricas e reformou algumas velhas, já existentes.

A compilação das leis “vicetinas” – porque impressas no Mosteiro de S. Vicente de Fora, entre 1747 e 1760 – possibilita-nos o estudo de diversos documentos referentes às indústrias têxteis

²⁶ BASTOS, Carlos. – *O comércio e indústria de têxteis em Portugal*. Porto: Grémio Nacional dos Importadores de algodão em rama, 1950, p. 68.

²⁷ (...). *5 000 (Five thousand) years of textiles*. London: British Museum/Hali Magazine, 1999, p. 179.
(...) *Spain sank into relative obscurity as France began to dominate the history books from the seventeenth century. Nevertheless, silk textiles of Iberian Peninsula as a whole await further research and Spain and Portugal's contributions to the cotton and woolen industries of Europe also deserve fuller recognition* (...).



nacionais, desde o *Regimento da Fábrica de Panos de Portugal* (1690), aos estatutos da *Real Fábrica das Sedas* (1734) e ao alvará de 1759, entre muitos outros²⁸.

Na revitalização setecentista da indústria da seda, estiveram presentes as já referenciadas medidas proteccionistas do Conde da Ericeira. Em Trás-os-Montes desenvolveu-se um núcleo de criação de bicho-da-seda, com a instalação de “produção” de tecido, numa dimensão considerável, a qual, sofreu um retrocesso na segunda metade de oitocentos²⁹.

Durante a regência do Príncipe D. Pedro, foi criada em Lisboa, em 1676, uma fábrica de sedas, em Santa Catarina, para cuja montagem e orientação veio um técnico de Lyon, Roland du Clos, a qual produziu, com êxito, *fitas* e tecidos de boa qualidade principalmente, *tafetás, gorgorões, galas, primaveras, cetins e telas*. Apesar da sua grande laboração, pois chegou a empregar cerca de 300 pessoas, da quantidade e qualidade da produção e do empenho e esforço do Pe. Rafael Bluteau (1638-1734), a unidade veio a encerrar por razões pouco esclarecidas³⁰.

Paralelamente, era protegida e incentivada a cultura das amoreiras, dotada para isso, de regalias, privilégios e verbas importantes, evidenciados nas leis de 1676-1678. Mas, apesar das numerosas vistorias e inspecções, as burlas foram escandalosas: falsificaram-se números de plantio de amoreiras, substituídas por produtos hortícolas e frutícolas.

A *Real Fábrica das Sedas* criada por D. João V, em 1734, surgiu de uma petição de um investidor francês, Robert Godin, que pretendia montar, em Lisboa, uma fábrica para *produção de tecidos de ouro, prata e matizes*³¹. Inicialmente, instalada no lugar da Fonte Santa, passou de seguida para a rua de S. Bento, donde saiu para se fixar, no Rato.

A produção da *Real Fábrica de Sedas* do Rato, como era conhecida, quase totalmente abastecida pela sericultura nacional, marcou o apogeu da manufactura dos tecidos portugueses. Alguns artigos dos seus estatutos concediam isenção de pagamento de direitos sobre a seda em rama, nacional ou estrangeira, que se empregasse na fábrica e suas associadas. Outros impunham ao fabricante a obrigação de preferir para consumo, a seda do Reino e a que viesse da China.

²⁸ VASCONCELOS, Joaquim de. – *Indústrias portuguesas*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1983, p. 63.

²⁹ MENDES, José Amado. – *A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional*. “Património e indústria no Vale do Ave. Um passado com futuro”. Vila Nova de Famalicão, ADRAVE, 2002, p. 17.

³⁰ BASTOS, Carlos. – *O comércio e indústria têxtil em Portugal*. Porto: Grémio Nacional dos Importadores de algodão em rama, 1950, p. 75.

³¹ IDEM, *Ibidem*, p. 76.



A política de incentivo à produção nacional de seda e de produtos derivados, conduziu à proibição de importar seda de centros orientais, com excepção para aquela transportada, em embarcações portuguesas, numa tentativa proteccionista legislada, em 1739 e rectificada pela pragmática surgida dez anos mais tarde, cuja curta funcionalidade e eficiência, demonstraram estar em contradição com o fomentado desenvolvimento industrial da seda e o desincentivo ao uso de artigos de luxo³².

O elevado nível qualitativo atingido pelos produtos de seda saídos da Fábrica do Rato, levou à criação e introdução de uma marca nacional. No último quartel do século XVIII, tornou-se obrigatório, que a ourela dos tecidos comportasse dois finos fios de seda vermelha, para os demarcar da concorrência. Esta lei vigorou até meados do século seguinte.

A excelente qualidade dos *damascos*, *veludos* e *lhamas*, permitiu-lhe o fornecimento da Casa Real e de todos os altos dignitários da Igreja, no que respeita aos materiais para a confecção de vestuário civil e eclesiástico. Em simultâneo e na mesma unidade manufactureira eram produzidos galões e franjas de ouro e de prata, cordões e outras *sirgarias*.

(...) *A indústria da seda no século XVIII, em Portugal (...) encontra-se correlacionada com diversos (...) factores (...): política económica (...), legislação sumptuária (...), hierarquização social, moda e costumes, tecnologia, capital, mão-de-obra, etc.*³³ (...).

Ao longo da história, o uso de determinadas cores³⁴ e de tecidos de seda foi sempre motivo de restrições³⁵, não tanto pelo seu elevado custo, mas principalmente, por se tratar de um artigo reservado às altas classes sociais. O emprego de tecidos de seda era indicador de estrato social.

³² IDEM, *Ibidem*, p. 56.

³³ MENDES, José M. Amado. – *A indústria da seda em Portugal nos fins do Antigo Regime: decadência e estímulos*. “Revista Arqueologia Industrial.” 2.ª série, 1993, I, (1-2), p. 55-62.

³⁴ 89 GARCIA, João Carlos. – *Os têxteis no Portugal dos séculos XV e XVI*. “Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia” (42), Lisboa: 1986, p. 330.

(...) *A cor, nem todos podem usá-la. A Pragmática de 1340 legisla já sobre o tema, mas ao longo dos séculos seguintes a impossibilidade social ao seu acesso é largamente ultrapassada pela impossibilidade económica. De pano grosseiro branco, se fazem até aos fins do século XV, os trajos de luto; na própria corte continuam a dominar os tecidos lisos. (...).*

³⁵ GUEDES, Natália Correia. – *A introdução da arte da Renascença na Península Ibérica*. “Actas do Simpósio Internacional de Coimbra”. Coimbra: Epatur, 1981, p. 172.

(...) *A Ordenação da defesa de veludos e sedas (1535) tentará delimitar o uso dos tecidos ricos às classes privilegiadas em ocasiões festivas, evitando os exageros (...) da introdução da arte da Renascença na Península Ibérica. (...).*



Tendo-se divulgado, nesta época, o uso dos *droguetes*, tecido de seda, nobre e caro, essas qualidades justificam a sua referência, na relação do enxoval da rainha D. Mariana Vitória (1718-1781), onde consta (...) *um vestido de droguete cor de canela e ouro baixo (...) bordado a seda branca e azul (...)*³⁶.

Para a excelente qualidade dos produtos finais, muito contribuíram os diversos artistas e técnicos franceses a laborar na *Real Fábrica das Sedas*, do Rato, como Louis Terrier, inspector das manufacturas, chegado já, em 1733; Louis de la Chapelle, tintureiro de Lyon e outros mestres de calandragem, como João Baptista Puig e mestres de debuxo, como João Policarpo May. Contudo, para a beleza dos padrões criados e destinados às melhores sedas, contribui certamente, o traço de Jean Pillement (1728-1808) vindo de Lyon, como pintor de sedas e de *chinoiserie*, notabilizado em Portugal pela obra deixada na Fábrica do Rato e posteriormente, como artista plástico³⁷.

O desenvolvimento da Real Fábrica das Sedas, sobretudo nos últimos anos do reinado de D. José, conduziu ao surgimento de múltiplas manufacturas a trabalhar à sombra daquela, com regalias semelhantes e dispersas por todo o país. Só em Lisboa, na zona das Águas Livres, existiam 472 pequenas unidades de produção, regidas por um decreto de 1759, formando uma *corporação* com a Real Fábrica.

Apesar de toda esta importante actividade desenvolvida em benefício da economia sericícola portuguesa, jamais, ao longo dos séculos XVII e XVIII, se deixou de adquirir, fios, tecidos e mesmo produtos totalmente confeccionados, principalmente nos mercados chineses e indianos, onde a classe eclesiástica, sobretudo, os Jesuítas se abasteciam de paramentos e peças de enxoval eucarístico para a celebração de solenes pontificais. O Museu Nacional de Arte Antiga e as Arquidioceses de Évora e de Braga conservam algumas dessas peças³⁸.

³⁶ VASCONCELOS, Joaquim de. – *Indústrias portuguesas*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1983.

³⁷ PAMPLONA, Fernando de. – *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal (IV)*. Barcelos: Civilização Editora, 1988, p. 319-322.

³⁸ *No caminho do Japão*. (cat. exp.) Lisboa: Museu de S. Roque/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1993, p. 64.



A fase de decadência sequente às alterações introduzidas pelo Marquês de Pombal, levou esta unidade a produzir tecidos mais fracos como a *lustrina*, *panos de saia*, meias, galões, no lugar das sedas ricas e conduziu à sua paralisação total em 1778. Reactivada em 1784, passou a fabricar abotoaduras completas, rendas, fitas, galões e espiguihas, de qualidade secundária, para o mercado interno. A maior e mais importante fábrica de sedas nacional, foi extinta em 1834³⁹.

Contudo, a manufacturas de tecidos de seda, não se limitava ao círculo da capital.

Em estreita colaboração com a *Real Fábrica das Sedas*, do Rato trabalhou o *Real Filatório de Chacim*, nome por que era conhecida a *Real Fábrica das Sedas*, de Bragança.

Desde o século XVI, que se conhece a existência de pequenas manufacturas de tecidos de seda, na região de Trás-os-Montes, sendo Bragança o principal núcleo, seguido de Moncorvo e Freixo-de-Espada-à-Cinta. Em Chacim, eram produzidos *gorgorões*, *veludos lisos*, *seda macha* e *seda redonda* e variadas fitas. A sua produção de seda, de primeira qualidade, designada por “seda da fábrica”, vendida sobretudo, no Porto⁴⁰, tal como a de outras fibras naturais, era insuficiente. O apogeu da sua laboração inscreve-se no período de 1750 a 1755, tendo sido as suas instalações e empregados, também encarregados de torcer e de tingir fios de seda, para posterior tecelagem, em Lisboa, na *Real Fábrica das Sedas*.

Ao *Real Filatório de Chacim* (Bragança) chegou, vinda de Turim, a Família Arnaud, cerca de 1786, a fim de reestruturar a produção e actividade sericícola do *Real Filatório* e incrementar a produção de tecidos à *piemontesa*⁴¹.

No norte do país, sobretudo no Porto, no século XVII, há notícia de produção de damascos, pelúcias, veludos, cetins, sarjas para guarda-chuvas e fitas variadas.

³⁹ BASTOS, Carlos. – *O Comércio e indústria têxtil em Portugal*. Porto: Grémio Nacional dos Importadores de algodão em rama, 1950, p. 89.

⁴⁰ SOUSA, Fernando de. – *A indústria das sedas em Trás-os-Montes: 1835-1870*. Lisboa: Cosmos, 2001, p. 35.

⁴¹ VASCONCELOS, Joaquim de. – *Indústrias portuguesas*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1983, p. 71



No que concerne à produção de franjas, galões e sirgarias diversas, de seda pura ou em conjunto com fios de ouro e prata branca e dourada, não apenas na Real Fábrica das Sedas do Rato, como noutras unidades associadas, é de salientar a volumosa e excelente manufactura, desses produtos principalmente no Porto, onde a família Morais e Castro, os conhecidos “Carrancas”, possuía instalada, no palácio do mesmo nome, a sua grande produção.

O capítulo da seda portuguesa passa ainda pela excelente produção de damascos, centrada em Braga, a partir de finais do século XVI, fruto das novas necessidades criadas pela Contra-Reforma e pelo Concílio de Trento (1545-1563).

A indústria de tecelagem manual da seda, na cidade de Braga, deve muito do seu desenvolvimento e peso económico local, ao impulso dado pelo Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590)⁴².

LINHO

Desde sempre e até ao século XI, o cultivo e produção de tecido de linho foram extensos, embora dispersos pelo norte e centro do território, pois a eles se referem, com frequência, documentos coevos, quando citam *linarelios e linares*⁴³, mas esta fibra revelou-se ao longo do tempo, manifestamente inferior, em termos de quantidade e de qualidade dos tecidos produzidos.

Mesmo sendo cultivado em duas épocas anuais, o *linho galego* - uma variedade muito resistente, semelhante ao holandês - em Abril, no Minho e o *linho mourisco* ou *massadiço*, com as sub-variedades *abertiço* e *serrano*, no Outono, em Bragança e Castelo Branco⁴⁴, o resultado

⁴² VILAÇA, Isabel Maria Azevedo G. M. - *A indústria dos damascos em Braga. Situação actual*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1980, p. 3.

(...)De igual modo surgem as indústrias de tecelagem de tecidos finos(...) sedas conhecidas pela sua delicadeza e esmero, que constituíam um grande apoio económico para a cidade. Com alternância de desenvolvimento e de declínio, esta indústria executava trabalhos em seda lisa e lavrada, veludos verdadeiramente notáveis tendo atingido o seu apogeu no século XVIII. Segundo José Acúrcio das Neves, em 1811, só existiam em Braga seis fábricas e delas apenas duas estavam em laboração (...).

⁴³ MENDES, José M. Amado. - *Alberto Sampaio e a história económica*. Separata das “Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos nascimento de Alberto Sampaio”. Guimarães, 1995, p. 365-379.

⁴⁴ VASCONCELOS, Joaquim de. - *Indústrias portuguesas*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1983, p. 60.



final, não era suficiente para o consumo interno⁴⁵. O linho fino, destinado à confecção de tecidos delicados como a *cambráia* ou o *lenço*, era importado da Bretanha ou da Irlanda, os Países Baixos forneciam a (h)*olanda* e a (h)*olandilha*, enquanto o *tiraz*, o *hambels* e o *mudbage* provinham do mundo árabe⁴⁶.

Abundavam o linho médio⁴⁷ usado na tessitura do *bragal*, sendo o de Guimarães o mais afamado, tal como o linho grosso e a sua variante, a *estopa*. Embora a região de Moncorvo, também fosse referenciada como produtora de linho de excelente qualidade, essa evidência, foi capaz de permitir, a partir do século XVI, alguma exportação para as colónias ultramarinas.

“ (...) Para além do auto-consumo (...) o linho produzido não é [ou era] de qualidade, quer pelo tipo e tratamento rudimentar da matéria-prima, quer pela não especialização da mão-de-obra. A estopa e o bragal ou o lenço não podem competir com o que chega de fora. Os mercadores do linho nacional terão sempre um âmbito relativamente restrito⁴⁸. (...)”

“ [A] indústria algodoeira (...), progressivamente, a partir de 1845 e até aos inícios do século XX, substituiu aquele [o linho]⁴⁹.

Jamais, Portugal foi autónomo, quanto à produção de fio e tecidos de linho fino; sempre se trabalhou em regime quase artesanal/caseiro. A utilização desta fibra, em produtos requintados ou de grandes dimensões, terminava, incondicionalmente, na sua aquisição, fora do país. A isso, já fizemos referência, quando tratámos das roupas íntimas do rei D. Manuel I (os pares de ceroulas, de *holanda*).

⁴⁵ AIVES, Jorge Fernandes. – *O trabalho do linho*. “Património e indústria no Vale do Ave. Um passado com futuro”. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2002, p. 293.

⁴⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 44.

⁴⁷ FERREIRA, Ana Maria Pereira. – *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 15.

⁴⁸ GARCIA, João Carlos. – *Os têxteis no Portugal dos séculos XV e XVI*. “Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia” (42), Lisboa: 1986, p. 331.

⁴⁹ MENDES, José Amado. – *Património e indústria no Vale do Ave. Um passado com futuro. (Conclusão)*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2002, p. 415.



A importação, em grande escala, de linho em fio ou em rama, em ligação directa com a industrialização, foi o recurso da *Fábrica (de Chitas) de Torres Novas*, que em 1854, apenas conseguiu, da produção interna, dez mil (10 000) kg e se viu na necessidade de adquirir na Rússia, mais cento e vinte mil (120 000) kg, para suprir as necessidades de matéria-prima.⁵⁰

Finalmente, faremos uma reflexão sobre a designação imprópria de *linho cânhamo*, que surge, até em documentos oficiais. Por deficiente conhecimento e distinção destas duas fibras têxteis, eram consideradas senão a mesma coisa, pelo menos muito semelhantes, o que não exigia, portanto, uma distinção específica. Tratava-se simplesmente, da fibra da planta de “cânhamo” (*cannabis sativa*) muito resistente, utilizada na produção de cordas.

Com alguma implantação, no Vale da Vacariça, – as *canameiras* – delas, já existe referência, em 1628, o que permitiu, por ordem de D. João V, o estabelecimento da Real Feitoria dos Linhos Cânhamos, em Moncorvo, para fabrico de cabos e cordames para as embarcações portuguesas. O Marquês de Pombal estendeu, posteriormente, a criação de feitorias, até Alfândega da Fé e Vila Flor, para o aproveitamento de cânhamo existente. Estas reais unidades de produção, entraram em declínio com a abertura das fábricas de seda de Bragança e de Chacim, tendo sido transferido o seu fabrico para a Cordoaria Nacional de Lisboa.

ALGODÃO

No que toca ao algodão, este a última fibra natural a ser explorado em Portugal. com alguns resultados económicos, emergiu significativamente, quando a seda, sobretudo, por razões político-económicas, iniciou a sua decadência. A moda, de seguida, encarregou-se de disfarçar esta evidência, dando aos tecidos de algodão um lugar de certa forma relevante, apelando até, a uma motivação nacionalista.

O comércio da rama proveniente da África e da Ásia, ganhou maior incremento, no século XVII, com o acréscimo da produção brasileira, mantendo, até meados do século XIX⁵¹, uma importância mediana.

⁵⁰ VASCONCELOS, Joaquim de. – *Industrias portuguesas*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1983, p. 43.

⁵¹ BASTOS, Carlos. – *O Comércio e indústria têxtil em Portugal*. Porto: Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1950, p. 93.



O couto da Alcobaça, de novo se encontra unido à produção dos têxteis portugueses. A lã já foi referenciada, partindo-se agora para o algodão.

Os conhecidos “panos de Alcobaça” surgem citados por Gil Vicente, no século XVI, na farsa dos Almocreves. Esta fibra natural foi sempre considerada inferior, pelo menos até ao limiar da Revolução Industrial, a partir da qual, se iniciou a sua exploração em grande, por diversos países. Portugal não foi diferente.

As colchas, *chitas* (tecidos pintados) e lenços de Alcobaça recordam a grande manufactura de tecidos de algodão, desde sempre desenvolvida ali, constituindo também, o “parente pobre” dos têxteis nacionais, conotado com o povo e o contexto rural.

Mas embora as primeiras notas bibliográficas apontem para Alcobaça, na verdade, a origem da produção algodoeira portuguesa, não se encontra muito distante. *A Real Fábrica de Fiação de Tomar* “fabricou” as primeiras *chitas*, em 1764, quando D. Maria I (1734-1816) autorizou, ao industrial francês Jácome Ratton, a sua manufactura, naquela cidade.

Dez anos mais tarde, iniciou a sua laboração a Fábrica de Alcobaça, produzindo, *lençaria*, *cambraias* e *fazendas brancas*. A “lençaria” viria a tornar-se num produto muito popular, pois os famosos e coloridos “lenços tabaqueiros”, também designados por “Alcobaça”, eram descritos como grandes lenços (de mão) de algodão, de fundo vermelho, azul ou amarelo, decorados com barras largas ou finas, de cores igualmente, fortes⁵².

As *chitas*, caracterizadas pelas largas riscas claras e escuras, com decoração ingénuas de motivos florais ou zoomórficos, tiveram a sua fonte de inspiração, nos tecidos ingleses importados (*calico*), identificados como “panos da Índia” ou “tecidos pintados”, de algodão tingido e estampado. Eram vistosos, baratos, mas de fraca qualidade tintureira.

Diversas unidades de produção de tecidos de algodão e afins, surgiram em Alcobaça, tendo até, sido utilizada a ala sul do velho Mosteiro, para aí instalar uma fábrica.

A *Fabrica de Chitas de Torres Novas*, inicia sua laboração, em 1784, pela mão do francês Henri Meuron, enquanto, a família Graham, era autorizada a instalar, em 1876, a *Fábrica de Estamparia e Tinturaria*, em Braço de Prata (Lisboa). Outras laboravam a norte, no Porto,

⁵² *Lenços e colchas de chita de Alcobaça*. s.l.: Instituto Português do Património Cultural/Museu de Alcobaça, 1988, p. 10.



Guimarães e muito posteriormente, no Vale do rio Ave, dedicando-se à produção de panos (brancos) de lençol, *panos crus*, *flanelas*, *cotins*, (panos) *riscados*, fitas e passamanarias.

173

A actividade destas unidades produtoras de tecidos ou peças de algodão, era, em muitas delas, estendida ainda à fiação, tinturaria e acabamentos dos têxteis obtidos, constituindo um rejuvenescimento da indústria têxtil portuguesa, prolongado ainda, no século XIX, dado que a lã e sobretudo a seda, se encontravam em visível declínio.



Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes. – *O trabalho do linho. "Património e indústria no Vale do Ave. Um passado com futuro"*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2002.

AZEVEDO, Lúcio de. – *Épocas de Portugal económico. Esboços de história*. Lisboa: Clássica Editora, 1929.

BASTOS, Carlos. – *O comércio e indústria têxtil em Portugal*. Porto: Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1950.

Cartas para duas Infantas Meninas. Portugal na correspondência de D. Filipe I para as Suas Filhas. (1581-1583) Lisboa: D. Quixote/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

COSTA, Manuela Pinto da. – *Glossário de termos têxteis e afins*. Separata da "Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto". Porto: Departamento de Ciências e Técnicas de Património, 2004, pp. 137-161.

FERREIRA, Ana Maria Pereira. – *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

Five thousand 5 000 years of textiles. London: British Museum/Hali Magazine, 1999.

GARCIA, João Carlos.- *Os têxteis no Portugal dos séculos XV e XVI*. "Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia" (42), Lisboa: 1986.

GUEDES, Natália Correia. – *A introdução da arte da Renascença na Península Ibérica*. "Actas do Simpósio Internacional de Coimbra". Coimbra: Epatur, 1981

Lenços e colchas de chita de Alcobaça. s.l.: Instituto Português do Património Cultural/Museu de Alcobaça, 1988.

MENDES, José M. Amado. – *Alberto Sampaio e a história económica*. Separata das "Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos nascimento de Alberto Sampaio". Guimarães, 1995.

IDEM. – *A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional*. "Património e indústria no Vale do Ave. Um passado com futuro". Vila Nova de Famalicão, ADRAVE, 2002.

No caminho do Japão. (cat.exp.) Lisboa: Museu de S. Roque/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1993.

Normas de inventário. Têxteis. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1999.



PAMPLONA, Fernando de. – *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal (IV)*. Barcelos: Civilização Editora, 1988.

PINHEIRO, Elisa Calado. – *Roteiro do Museu de lanifícios da Universidade da Beira Interior. Núcleo da Tinturaria da Real Fábrica dos Panos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998.

SOUSA, Fernando de. – *A indústria das sedas em Trás-os-Montes: 1835-1870*. Lisboa: Cosmos, 2001.

VASCONCELOS, Joaquim de. – *Indústrias portuguesas*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1983.

VILAÇA, Isabel Maria Azevedo G. M. – *A indústria dos damascos em Braga. Situação actual*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1980, p. 3.



Glossário

ALMAFEGA, almáfega – (ar.) Burel branco e grosseiro de que se fazia vestuário de luto. // Pano grosseiro produzido com a lã de pior qualidade, chamada lã churra e que também era usada por fazer sacaria. // Burel branco, grosseiro.

BAETA – Tecido de lã, grosseiro e felpudo. // Tecido grosso de algodão.

BIFA, biffa; bella – Espécie de tecido antigo, de lã, enfeitado por ambas as faces. Proveniência inglesa (?). Pano ou fazenda de lã, proveniente de Bruges.

BRAGAL – Pano grosseiro utilizado na confecção de bragas (calças interiores, largas e curtas). Tecido grosso, com cordões atravessados de que se faziam toalhas destinadas a cobrir a massa do pão durante a levedura // Unidade monetária ou preço de uma dada quantidade de tecido de bragal, utilizada como moeda de troca em certas transacções comerciais, equivalente a sete ou oito varas // Enxoval. Conjunto da roupa branca de uma casa.

BRICHE – Pano grosso de lã, empregado geralmente em roupa de homens.

BROCADO – Tecido ricamente decorado por tecelagem de fios de ouro e prata. O termo não tem significação técnica, mas é tradicional em documentos antigos sobre tecidos. // Tela entretecida de fios de ouro de várias espécies. A qualidade mais preciosa é a que tem recamo de ouro relevado e se diz brocado-de-três-altos. // Bordado como brocado.

Tecido com figuras, geralmente elementos vegetalistas estilizados, em que o fundo é um desenho simples e as figuras resultam de grupos de alinhavos de teia ou de trama presos de modo conveniente, mas sem uma ordem pré-estabelecida. Podem usar-se também fios de ouro ou prata (brocados antigos) mas torna-se necessário utilizar um tear tipo Jacquard.

BROCATTEL – Tecido da família do lampasso, feito de linho e seda, com relevo e avesso. // Tecido de seda e prata tirada à fieira parecido com o brocado. // Tecido adamascado. // Tecido caracterizado pelos efeitos de cetim em relevo e por efeitos de lassas de trama, ligadas por uma teia de ligamento. O emprego de uma trama de fundo de linho ou de cânhamo permite obter -usando tensões diversas dos fios da trama e da teia- relevos muito acentuados dos efeitos de cetim.

BRUGIA (S) – Tecidos provenientes de Bruges.

BRUXELAS – Cobertura têxtil do chão em que a camada de uso é formada por pêlos de argolas, não cortadas. Tem uma estrutura semelhante ao veludo.

BUREL – Pano grosseiro de lã, geralmente pardo, castanho ou preto, usado pelos frades. // Tecido de lã simples. Estofa grosseiro de lã.



CALANDRA – Máquina cilíndrica usada para alisar e dar brilho aos tecidos, principalmente, à seda.

CALICO, *calicô*, *calicot* – (fr./ ing.) O termo deriva de Calicut, o local de embarque deste tecido indiano, comercializado pela Companhia das Índias // Tecido leve, de algodão de qualidade corrente, pintado ou impresso, muito usado na 2ª metade do século XVIII. Em tafetá e de cor natural, é mais espesso do que a musselina. // Tecido geralmente branco, na Inglaterra e estampado nos Estados Unidos, servia para confecção de vestidos, usados exclusivamente, em bailes designados de *bailes da chita*. // O mesmo que chita.

CAMBRAIA – Tecido fino e transparente de linho ou algodão, primitivamente fabricado em Cambraia (França). // Espécie de tarlatana gomada, usada como entretela no vestuário.

CÂNHAMO (*canabis cannabium*, *canabis saliva*) – Planta têxtil, cultivada nos trópicos. // Fibra extraída dessa planta. // Planta canabínea, cujos abundantes filamentos servem para tecidos. // Fios ou pano de cânhamo. // O cânhamo indiano (*canabis indico*) é narcótico e a planta fêmea serve para preparar um produto chamado *hachich*. Também é utilizado como têxtil.

CASTORINA - Tecido de lã leve e sedoso

CENDAL, *sendal* – Tecido transparente e fino de linho, seda ou algodão // Véu ou banda para cobrir o rosto ou corpo, usado como volante. // Guarnição própria para vestidos.

CETIM – Espécie de pano de seda, lustroso e fino. // Designação de várias fazendas semelhantes ao cetim. // Técnica de produção de tecidos, cujos ligamentos estão repartidos de forma a se dissimularem entre as lasses adjacentes, de maneira a constituir uma superfície unida, lisa e brilhante.

CHITA – (hind.) - Tecido de algodão estampado a cores. O m. q. *calicot*.

COTIM- Tecido fino (fraco) de linho ou de algodão.

CRÚ – Fio, malha ou tecido na cor natural, sem branqueamento nem tinturaria.

DAMASCO – Tecido de seda com desenhos acetinados em fundo não brilhante. // Estofa de lã, linho ou algodão imitando o damasco de seda. // Tipo de tecido, que pela sua composição de efeito de fundo e efeito de desenho, constituído pela face teia e pela face trama de um mesmo ponto, tem a particularidade de ser reversível, apresentando numa das faces o fundo opaco e os motivos brilhantes e na outra o fundo brilhante e os motivos opacos. // Técnica de produção de tecido.



DEBUXO – (cast. *dibujo*) Desenho, desenho ou estampa. // Peça das fábricas de estamparia, lavrada em relevo ou vazada, sobre a qual se aplicam os corantes ou tintas para estampar os desenhos nos tecidos, sobretudo nas chitas.

DROGUETA, droguete – Tecido de seda do séc. XVIII, com pequena repetição de desenho, fabricado com técnicas diversas.

ESCARLATA, escarlata – Tecido de seda ou lã que apresenta a cor vermelha, muito viva. Fazenda tingida de vermelho ou escarlata com o decocto da cochinha. Tecido. Era o mais caro tecido medieval.

ESTAMENHA – Tecido ordinário de lã. // Tecido de lã, ordinário, pouco apertado. // Tecido grosseiro de lã.

ESTAMPADO – Tecido com desenho obtidos pelo processo de estamparia.

ESTANFORTE – (ant.) Pano de lã, muito resistente.

ESTÔFO – Tecido de seda, lã, algodão, linho, estopa, etc.. // Chumaço. // Lã, crina ou outra substância que se coloca sob o tecido que reveste sofás, cadeiras, etc.

ESTOPA – A parte mais grosseira do linho, a qual se separa deste por meio do sedeiro. Parte grossa do linho que resta quando o assedam. // Filamento interior da noz de coco. Cairo interior do coco ou outros vegetais filamentosos. // Fibras curtas e grossas, que são eliminadas na penteação do linho. Tecido grosseiro produzido com essas fibras. // Tomentos.

FELTRO – Tecido fabricado com filamentos de lã ou pêlos prensados e fortemente aglutinados. // Pasta constituída pelo emaranhado de pêlos de origem animal, com ou sem substância aglutinante e fortemente comprimida, empregada no fabrico de chapéus, pantufas, etc. // Crina ou cabelo que serve para estofar móveis.

FLAMENGA(S) / FLAMENGO(S) – Designação vasta, popular, de diversos tecidos provenientes, quer da Andaluzia (*flamencos*), quer da região da Flandres.

GALAS – Vestuário ou traje distinto, para solenidades. // Tecido leve, requintado, para confecção desse vestuário.

GORGORÃO – Tecido de seda grossa, formando como cordões. É um canelado de dois golpes. // Termo geralmente aplicado aos tecidos com efeitos muito salientes.

GUARDALETE – Espécie de tecido grosseiro.

HAMBELS – (ár.) Tecido árabe, semelhante a outro usado no Alentejo, de fraca qualidade.



HOLANDA, olanda – Tecido de linho muito fino e fechado ou tapado, que se fabrica na Holanda. // Certa lençaria de várias espécies. Havia holandas finas, ordinárias, grossas, frisadas, riscadas, largas e com seda.

LENÇARIA – Nome usado genericamente para designar toda e qualquer espécie de tecido produzido com lã ou algodão. // Local de produção ou de venda destes tecidos. // Grande quantidade de lenços. // Estrutura destinada a estender panos coloridos ou brancos.

LENÇO, *lenzo* (pano de) – Espécie de tecido (antigo) de linho ou algodão. // Tela de pintura ou quadro. // Tecido fino de linho usado nos lenços de assoar e em roupas de baixo ou de uso doméstico. // Peça quadrangular de tecido de linho, seda ou algodão. // Oral.

LISTRINA – Tecido de seda, lã ou algodão com muito lustro, que se utiliza principalmente para forros.

MUDBAGE – (ár. *mudrage*) Tecido árabe, precioso, utilizado antigamente em paramentos religiosos. // Tela ou droga preciosa, que se usava em vestimentas da Igreja.

PANO (S) – (diversas designações)

- cru : pano de algodão que não corou (branqueou) depois de tecido.
- da Frísia: tecidos orientais; bordados semelhantes aos executados na Frísia.
- de Aragão /Castela: tecidos de lã e de seda, grosseiros, vindos daquelas regiões e vendidos nas feiras do interior.
- meirinhos: tecidos feitos com lã de gado meirinho; (gado ovino ou caprino que vive na montanha no Verão e na planície no Inverno);
- lã meirinha; o mesmo que merina/merino.
- viado: tecido riscado, decorado com listas.

PASSAMANARIA(S) – Trabalhos ou obras de passamanes: fitas ou galões entretecidos a fios de ouro, prata ou simplesmente de seda ou algodão. Trabalhos de arte de passamanaria.

// Termo genérico designando produtos têxteis estreitos, produzidos por várias técnicas de tecelagem ou entrelaçamento.

PELÚCIA – Tecido de lã, seda ou algodão felpudo de um lado.

PICOTE, picoto – Pano grosseiro, mais conhecido por picoto, tecido de lã de ovelha, usado para vestimentas de pobres e religiosos. Também podia ser feito de lã de cabra. // Espécie de seda muito lustrosa, de que se faziam vestidos.

PRIMAVERAS ou *Primaveras de flores* - Tecido de seda, antigo.



RISCADO – Tecido de algodão caracterizado por riscas de cor alternando com brancas. Predominância das riscas de cor sobre as brancas.

SARAGOÇA – Tecido grosso de lã escura.

SARJA, sarjia – Tecido de seda, lã ou algodão, entrançado. Técnica de produção de tecido. // Técnica caracterizada pelos efeitos oblíquos obtidos pela deslocação de um fio para a direita ou para a esquerda, em todos os cruzamentos de passagem de trama.

SEGÓVIA (S) – Panos diversos, de fraca qualidade, provenientes da região de Segóvia.

TIRAZ – (ár.) Pano de linho com ramagens e por vezes entretecido com ouro, utilizado tanto em vestuário civil como em vestes religiosas. // Bordado; vestuário com bordados; tecido com bandas bordadas com letras; tecido bordado, decorado com caracteres epigráficos; // Tecido decorado.

TOMENTO – Conjunto de pêlos densamente entrelaçados, que revestem certas plantas. // Lanugem. // Parte fibrosa e mais áspera do linho. // Estopa // Materiais diversos de enchimento como a palha, a lã ou desperdícios.

VALENCIANA (S) – Tecido fino, de lã, produzido, em Valência.

VELUDO – Tecido de lã, seda ou algodão, liso ou raso de um lado, e do outro coberto de pêlos levantados e muito juntos, seguros por fios de teia; tecido cuja superfície é coberta de anelados ou de felpa saídos de um cruzamento de fundo.